1°. Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros realizado no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do IHGB, no período de 28 a 30 de outubro de 98. Na Tribuna, o consócio Melquíades Pinto Paiva, que representou o Instituto do Ceará.

1º. Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros

Com a participação dos Institutos da Paraíba, Distrito Federal, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Sergipe, São Paulo e Piauí, realizou-se no Rio de Janeiro, no período de 28 a 30 de outubro do ano em curso, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o 1.º Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros.

O Instituto do Ceará esteve representado no referido conclave pelo Sócio Efetivo Prof. Dr. Melquíades Pinto Paiva e pela Sócia Correspondente Dra. Maria Arair Pinto, que realizaram um excelente trabalho.

Por ocasião do encerramento do conclave foi firmada a "Declaração do Rio de Janeiro" e aprovadas, por unanimidade, 13 moções que são transcritas abaixo.

Declaração do Rio de Janeiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos Histórico de Algoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, presentes ao *Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros*, na cidade do Rio de Janeiro, de 28 a 30 de outubro de 1998, **considerando**:

- a relevância de sua contribuição à vida cultural e intelectual do país como instituições das mais antigas destinadas ao cultivo dos estudos brasileiros e à memória nacional e regional;

- o papel que exercem na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, recolhendo e conservando acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de interesse para a memória nacional e regional;

- o fato de se constituirem em instituições dedicadas à convivência acadêmica, à consagração intelectual e ao fomento e realização de pesquisas;

Conclamam os poderes públicos federal, estaduais e municipais a encontrarem meios institucionais e legais de reconhecimento efetivo desta contribuição, assegurando-lhes recursos financeiros, isenções fiscais e outros benefícios que viabilizem sua atividade.

Conclamam, igualmente, que lhes sejam asseguradas, em seus campos de atuação, oportunidades concretas de participação nos órgãos condutores e/ou assessores de políticas culturais e científicas.

E **renovam** seu compromisso com a valorização dos traços característicos de nossa formação histórico-cultural, certos que estão de ser a melhor forma de reafirmar a identidade nacional e a diversidade regional diante dos desafios do processo de globalização.

Moção N.º 001 – O sistema das casas de memória

Esther Caldas Bertoletti

A harmonia das imensuráveis forças do Universo talvez esteja toda baseada em uma configuração sistêmica.

O Homem em seu caminhar em busca dos ideais mais nobres, talvez um dia encontre uma harmonia sistêmica para poder conviver em paz, em um mundo sem dominados, ricos e pobres, vencedores e vencidos.

Assim é que devemos, todos nós, almejar viver em uma harmonia sistêmica que permita às nossas instituições culturais alcançar um maior equilíbrio e um desenvolvimento harmônico capaz de congregar os esforços de cada um e de todos conjuntamente.

Ortega y Gasset, refletindo sobre a História como sistema, nos lembra que: "a experiência da vida não se compõe apenas das experiências que cada um tem pessoalmente do seu passado... ela vai também integrada pelo passado dos antepassados que a sociedade na qual vive nos transmite"

E continua enfatizando que: "as experiências de vida realizadas estreitam o futuro do homem. Se não sabemos o que ele vai ser, sabemos o que não vai ser. Vive-se em vista do passado."

E resume: O HOMEM NÃO TEM NATUREZA, SENÃO QUE... TEM HISTÓRIA.

Poderíamos dizer, com o pensador espanhol que: "O PASSADO SOU EU – SE ENTENDE, A MINHA VIDA". Isto posto, temos que ter consciência que, conforme nos ensina o pensador madrilenho, "a herança não é apenas um tesouro... ela é, ao mesmo tempo, uma carga e uma corrente".

E podemos talvez – permitam-me os ilustres historiadores presentes – respeitando Ortega y Gasset ainda, dizer que: *"a História é um sistema – o sistema das experiências humanas ...que formam uma corrente inexorável e única"*.

Essa reflexão sobre o sistema das instituições culturais foi retomada no Brasil início dos anos 70, quando um grupo dos mais ilustres intelectuais brasilei-

ros; escritores, historiadores e políticos esboçaram um plano para implementação de uma Política Nacional de Cultura em conclaves tidos em Brasília e em Salvador. Mais precisamente, no ano de 1976, em Salvador, no Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura sob a égide do Conselho Federal de Cultura. Traçaram as primeiras linhas dos sistemas integrados para os arquivos, os museus e as bibliotecas, com conceitos e visões oriundos da UNESCO que idealizara o Sistema Internacional de Informações (NATIS).

A Biblioteca de todo o saber humano, as referências as mais completas de todas as informações poderiam ser disponibilizadas se criassem sistemas que iriam se integrando e integralizando como um todo cultural, integral e completamente voltado ao serviço do Homem.

Assim é que na Reunião de Salvador, Bahia, coordenada pelo Conselho Federal de Cultura, com representantes de todos os Conselhos Estaduais de Cultura (e vejo aqui ainda alguns que ali estavam, e relembro aqui alguns que já não estão mais entre nós...) foram apresentados e aprovados em Plenária alguns esboços, apenas delineados, mas que refletiam uma intenção, uma vontade comum. Deles podemos destacar:

- O sistema nacional de arquivos (idealizado por Dr. Raul Lima) e que hoje é uma palpável realidade, atuante, congregando os arquivos públicos estaduais, municipais, públicos e privados, com benefícios para todos, incentivado, supervisionado e coordenado pelo Arquivo Nacional.
- O sistema nacional de museus (iniciado por Josué Montelo) e que infelizmente ainda não é uma realidade, apesar dos esforços de muitos. O Museu Histórico Nacional aglutinaria em torno de si o trabalho dos museus históricos.
- O sistema nacional de bibliotecas, liderado pela Biblioteca Nacional com o apoio do antigo Instituto Nacional do Livro (com as bases estabelecidas por Sábato Magaldi, representante das bibliotecas municipais, Janice Monte-Mór, representante da Biblioteca Nacional e Herbeto Sales, do INL) que norteando os esforços de cada uma das bibliotecas formaria círculos que iriam se inter-relacionando com outros círculos sempre interligados, formando assim um verdadeiro sistema de bilbiotecas públicas e privadas, universitárias, especializadas, infanto-juvenis, ...capazes de atingir e satisfazer a todos os segmentos da nossa sociedade. Velho sonho que oxalá um dia se realize, porque talvez falte pouco para se tornar uma realidade concreta, e podemos citar como uma de suas realizações, a criação de um sistema nacional de catalogação cooperativa e sua interligação com os sistemas de outros países e os sistemas dos organismos internacionais.

Não podemos mais encontrar as soluções em nível institucional, pessoal. Cabe agora mais do que nunca a solidariedade e a busca de parceiros no realizar coletivo.

Trabalhos hercúleos, sem dúvida, desafiadores, mas que não intimidam a capacidade laborativa e criadora do brasileiro.

Houve um momento em nosso país, em que foi preciso, urgentemente, montar um sistema único de informações de dados, que refletissem a realidade brasileira e as suas tendências. Isto porque os números que eram fornecidos pelos Municípios, pelos Estados e pela União não mais poderiam ser simplesmente somados e armazenados, mas deveriam constituirem-se num todo dinâmico e vivo de dados estatísticos a serviço do país. O IBGE talvez tenha sido no Brasil o primeiro órgão a sentir a necessidade de implantar um verdadeiro sistema de informações, onde a autonomia de cada um não impedia a identificação de dados que ao serem reunidos pudessem fornecer informações confiáveis que, por sua vez, seriam integradas às estatísticas mundiais.

Mas o que gostaria de apresentar à reflexão de todos, à guisa de proposição, é a criação de um SISTEMA DAS CASAS DE MEMÓRIA, que integrassem os Institutos Históricos Municipais em torno dos Estaduais e esses ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por sua vez, se integra ao Sistema das Academias de Histórias da Ibero-América.

A presença, a tradição e a marca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de seus congêneres estaduais sinalaram fortemente os primeiros anos do Estado brasileiro, da mesma forma que hoje a presença dos Institutos Municipais tem sido decisiva para a preservação dos valores e das tradições dos municípios, agregando em torno deles as pessoas interessadas no resgate da memória.

Talvez ainda não se tenha escrito o bastante sobre esta participação, e começaram a surgir algumas teses definidas, em nível de mestrado ou doutorado sobre a presença, ação e influência dos Institutos Históricos no caminhar da sociedade brasileira, sua produção historiográfica e a importância de sua atuação. Lembraria aqui a tese de Doutorado da Prof. carioca Lúcia Maria Paschoal Guimarães, defendida na USP, que analisa a produção historiográfica através da Revista do IHGB, no período 1838-1889, publicada na nossa Revista), a de Heloisa Maria Bertol, analisando a noção de civilização na visão dos construtores do Império, através da Revista,1838–1850/60, defendida na UFF, e a Tese de Mestrado na UFPE sobre o Instituto pernambucano e sua historiografia entre 1862-1876, e a professora Margarida Maria Santos Dias sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, entre outras.

A erudição, o conhecimento dos primeiros assim chamados historiadores brasileiros poderá, talvez, ser demonstrado pela figura de LUIS DOS SANTOS VILHENA, considerado o primeiro historiador do Brasil Colonial. Ele que era professor de grego na cidade de Salvador, onde lecionou de 1787 a 1798 e que nos deixou uma preciosa obra, escrita em forma de cartas – tão comum nos primeiros relatos históricos sobre o nosso Brasil... desenvolveu um trabalho beneditino, colhendo, juntando, fiando, tal qual um historiador moderno, pesquisando informações aqui e acolá, nos arquivos para nos legar algumas cartas com importantes e elucidativas descrições dos acontecimentos de época.

A história de alguns Institutos Históricos que começa a ser escrita e re-escrita e que todos ouvimos atentamente nestes dias, pelos seus representantes os mais legítimos necessita, no meu entender, ser amplamente divulgada para marcar nesta virada de século a presença e o espaço que é nosso... dividido hoje com outras instituições, mas que ao somarem esforços engrandeceriam a preservação da unidade cultural do nosso país.

Alguém já lembrou que José Honório Rodrigues, nos anos 60 – disse aos estudantes da USP – bastante críticos e revolucionários: - Vocês precisam cuidar dos Institutos Históricos pois eles são as nossas Casas de Memória, foram eles que nos legaram documentos, idéias, que nos colocam em contato com o nosso passado... Ajudem, participem...

O que estamos vendo hoje é uma profícua, produtiva ligação dos Institutos Históricos com as Universidades – tanto com o alunado quanto com os corpos docentes. Aqui e acolá professores, membros dos Institutos, trabalhando em uníssono na reconstituição dos arquivos, na organização dos documentos, na identificação dos livros e dos jornais, tão bem guardados a ponto de, em alguns Estados, a mais preciosa coleção hemerográfica se encontrar nos Institutos Históricos.

Exemplo recente e bem marcante pode ser dado pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano com seus excelentes instrumentos de pesquisa – elaborados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, oferecendo aos pesquisadores, de forma ordenada, os documentos, desvelando assim os tesouros recolhidos por tantos e através de tantos anos...

A dadivosa oferta, anos após anos, dos Institutos Históricos, seja o Brasileiro, sejam os estaduais ou até municipais, abrindo suas estantes, seus arquivos para todos os que a eles recorrem, sejam seus sócios ou não, já justificaria a criação do SISTEMA DAS CASAS DE MEMÓRIA.

Mas a nossa proposta a todos os presentes é bem objetiva:

Ao aceitarmos o SISTEMA DAS CASAS DE MEMÓRIA, estaríamos chegando ao ano 2000, emblemático ano em que o Brasil comemora os 500 anos de seu despertar para o mundo, irmanados e coesos, procurando na integração tão buscada hoje por todos, neste mundo globalizado e globalizante e pedra de toque que consolide a nossa identidade nacional, na nossa diversidade cultural, no nosso amálgama de culturas.

O controle das coleções dos seus acervos, enriquecidos com o conhecimento dos acervos de todos, índices impressos e informatizados dos textos publicados nas Revistas, eis uma pequenina demonstração do muito que se terá por fazer. Harmonizar dados... e informações... Emociona ver a coleção da Revista toda catalogada, por autor, assunto e título em um índice geral. Tantos outros Institutos já o fizeram anteriormente, ou o estão fazendo agora, o que precisamos no sistema é apenas harmonizar os dados para que possamos oferecer ao público em geral, a produção da historiografia brasileira através dos Institutos Históricos, surgidos bem antes das Universidades e bem antes dos cursos de História, hoje tão ampliados com seus mestrados e doutorados.

Concretamente:

I. O SISTEMA DAS CASAS DE MEMÓRIA ORA INSTITUÍDO TERÁ COMO CENTRO O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

II. AO REFERIDO SISTEMA PODERÃO FILIAR-SE [1]:

OS INTITUTOS HISTÓRICOS ESTADUAIS e, através destes, com a criação de sistemas estaduais,

Os Institutos Históricos Municipais:

A FILIAÇÃO AO SISTEMA DAS CASAS DE MEMÓRIA, FEITA MEDIANTE CONVÊNIO, PERMITIRÁ:

a) O INTERCÂMBIO DE ACERVOS, ATRAVÉS DE PROCESSOS REPROGRÁFICOS, MICROFÍLMICOS OU MEIOS ELETRÔNICOS MODERNOS

b) INTERCÂMBIO TÉCNICO (treinamento de pessoal, informação sobre normas técnicas e das novas tecnologias, e de normas de elaboração de instrumentos de pesquisa e preservação de acervos)

c) INTERCÂMBIO PERMANENTE DE INFORMAÇÕES, VISANDO A DIVULGAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL DAS ATIVIDADES DE CADA UM DOS INS-

[1] Aprovada, com a substituição do conceito de "filiação" por "integração" cabendo ao IHGB a implementação, no que couber, das etapas subseqüentes.

TITUTOS PARA TODOS OS INSTITUTOS, PODENDO-SE PREVER A CRIAÇÃO DE UM BOLETIM DAS CASAS DA MEMÓRIA, OU SUPLEMENTOS ESPECIAIS A SEREM REPRODUZIDOS NOS BOLETINS E NAS REVISTAS DE TODOS OS INSTITUTOS.

d) APRESENTAÇÃO DE PROJETOS COMUNS AOS ORGÃOS DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL

III. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO FUNCIONÁRA COMO CENTRO DE INFORMAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS, DIVULGANDO AS ATIVIDADES DOS DIVERSOS INSTITUTOS NOS FORUNS INTERNACIONAIS DE ENCONTROS DAS ACADEMIAS DE HISTÓRIA E APOIANDO AS REINVIDICAÇÕES DOS SEUS CONGÊNERES ESTADUAIS.

IV. HAVERÁ UM CONSELHO DIRETOR FORMADO DE MEMBROS DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS, REPRESENTADOS EM NÍVEL REGIONAL, RECOMENDANDO-SE QUE SEJAM FEITAS REUNIÕES, PARA A CRIAÇÃO OS SISTEMAS ESTADUAIS COM SEUS CONGÊNERES MUNICIPAIS, E DOS INSTITUTOS ESTADUAIS EM NÍVEL REGIONAL, FACE A POSSIBILIDADE DE UMA MAIOR INTEGRAÇÃO DE VALORES CULTURAIS E DE PASSADO HISTÓRICO COMUM.

V. PROCURAR-SE-Á ESTABELECER CANAIS DE COMUNICAÇÃO MODERNOS, VIA INTERNET, ENTRE OS DIVERSOS INSTITUTOS HISTÓRICOS, UTILIZANDO-SE SISTEMAS INTEGRADOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO.

VI. TENDO EM VISTA AS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO, OS INSTITUTOS HISTÓRICOS REUNIDOS PODERÃO ESTABELECER AS BASES DE UMA PUBLICAÇÃO DE REFERÊNCIA COM LISTA DE TODOS OS INSTITUTOS HISTÓRICOS, SINTESE HISTÓRICA DE SUA CRIAÇÃO, NOMES DOS MEMBROS FUNDADORES, NOMES DA DIRETORIA E DOS SÓCIOS ATUAIS, INDICAÇÃO DAS COLEÇÕES DAS REVISTAS, COM TODOS OS NÚMEROS PUBLICADOS, BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL DE LIVROS, TESES E ARTIGOS SOBRE OS INSTITUTOS HISTÓRICOS, TEXTOS DOS ESTATUTOS ANTIGOS E ATUAIS, ILUSTRADA COM FOTOS DE SEUS DOCUMENTOS MAIS PRECIOSOS, ALÉM DE SUAS SEDES. (UM POUCO DO QUE VIMOS AQUI NA EXPOSIÇÃO EM QUE NOS CONHECEMOS E NOS ENCANTAMOS MUTUAMENTE).

VII. ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CARÁTER COMUM E COM BENEFÍCIOS PARA TODOS, COMO O DE MICROFILMAGEM DE TODAS AS REVISTAS DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS, HARMONIZAÇÃO DOS ÍNDICES

INFORMATIZADOS, DIGITALIZAÇÃO DOS MICROFILMES PARA DISPONIBILIZAÇÃO EM CDs DAS COLEÇÕES DAS REVISTAS, ELABORAÇÃO DE GUIAS DOS ACERVOS DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS, DE FORMA PADRONIZADA COM DADOS QUE POSSAM SER INTEGRADOS, SOMADOS E VALORIZANDO O PRECIOSO E POUCO CONHECIDO ACERVO DOCUMENTAL E/OU MUSEOLÓGICO. PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS. SOLICITAÇÕES DE APOIO A ORGANISMOS E INSTITUIÇÕES DE APOIO À CULTURA, COMO O PRÓPRIO MINISTÉRIO DA CULTURA, SEJA PELO FUNDO NACIONAL DE CULTURA, SEJA PELO MECENATO/ LEI ROUANET, À FUNDAÇÃO VITAE, FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA, DA ESANHA EM ASSOCIAÇÃO COM A MELLON FOUNDATION, NOS ESTADOS UNIDOS, FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA, FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI E TANTAS OUTRAS ESPALHADAS PELO BRASIL E PELO MUNDO. EXISTE UM PROGRAMA NA UNESCO QUE IDENTIFICA PARA APOIO INTERNACIONAL, PROJETOS DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, CHAMADO "MEMÓRIA DO MUNDO", NO QUAL PODERÍAMOS ALMEJAR INSCREVER COLETIVAMENTE, A FIM DE CONSEGUIRMOS APOIO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS... E ATÉ DA PRÓPRIA UNESCO. POR QUE NÃO?

Concluindo, anima-nos o fazer junto, o solicitar junto de tal forma que as soluções encontradas aqui e ali possam ser reproduzidas. O Governo Federal vem falando em transformar algumas instituições em organizações sociais – nós já o somos, pois de caráter privado atuamos junto com o Estado, desde sempre, na preservação da memória nacional, daí sermos as CASAS DA MEMÓRIA, daí podermos nos constituir em um SISTEMA, onde a troca de experiências e o encontrar conjunto de soluções irá nos permitir transmitir às próximas gerações do terceiro milênio, a herança que nós recebemos e que nos cabe passa a nosso filhos e netos. Oxalá possamos vencer os desafios... juntos certamente conseguiremos...

VIVA O DOCUMENTO!

Moção N.º 002

PROPOMOS que este Colóquio se realize de 2 em 2 anos em Estados diferentes da Federação e que se adote como logotipo o deste I Colóquio.

JUSTIFICATIVA: Dar seqüência a esta iniciativa pelo seu evidente significado para as nossas instituições, sublinhando-lhe a continuidade pela adoção do referido logotipo.

Moção N.º 003

PROPOMOS que se acolha o oferecimento do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará no sentido de sediar o II Colóquio.

JUSTIFICATIVA: Assinalar as comemorações do Centenário de Fundação do Instituto local, adotando-se, inclusive, tal praxe para futuros eventos.

Moção N.º 004

PROPOMOS que cada Instituto Estadual realize, no ano de 1999, no seu Estado, um Colóquio de Institutos Municipais.

JUSTIFICATIVA: Implementar o sistema de Casas de Memória aqui proposto e ensejar a cada Instituto a oportunidade de assumir efetivamente a preeminência que lhe cabe em relação àqueles.

Moção N.º 005

PROPOMOS que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constitua uma comissão para exame detalhado da sugestão apresentada pelo Instituto do Ceará para utilização de fundos federais, enviando, posteriormente, o seu parecer a todos os participantes deste Colóquio.

JUSTIFICATIVA: A matéria proposta, por sua complexidade, exige exame acurado à luz da legislação própria, sendo de todo impossível fazê-lo nesta sessão.

OBSERVAÇÃO: Transcreve-se abaixo a proposta organizada pelo consócio Geraldo da Silva Nobre e apresentada pelo nosso Instituto, tendo o Presidente do IHGB constituído uma comissão integrada por Victorino Cleemont de Miranda, Esther Caldas Bertoletti, Guido Prelitini e Melquíades Pinto Paiva para examiná-la.

Desenvolvimento Institucional

Propõe-se o encaminhamento às autoridades dos poderes competentes (Executivo e Legislativo) das sugestões seguintes para um projeto de lei adequado à necessidade premente de assegurar a preservação e a utilização dos bens culturais:

1.º – Do montante de recursos provenientes das leis de incentivo cultural previstos anualmente, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados a um Sistema de Apoio ao Desenvolvimento Institucional da Cultura – SADINSCULT, a fim de possibilitar a preservação e a utilização por parte do público, do patrimônio bibliográfico, documental e artístico de entidades legais a elas aplicáveis e devidamente comprovado, há 10 (dez) anos ininterruptos, pelo menos.

2.º – É permitida a complementação de recursos previstos para a manutenção e a expansão dos serviços prestados à população pelas entidades mencionadas mediante rendas próprias, asseguradas, com isenção de impostos federais, as doações pessoais de valor até 12 (doze) salários mínimos em vigor, anuais, taxas de inscrição de usuários não excedentes do quíntuplo do padrão monetário também vigente, do comércio de livros e de material escolar e de pesquisa científica isento de tributo até o valor bruto do múltiplo do padrão monetário vigente por um milhão (1.000.000) e, mais, pelo valor líquido de promoções eventuais autorizadas pelas autoridades fazendárias (sorteios e similares).

3.º – O SADINSCULT será administrado por um Conselho Nacional, junto ao Ministério da Cultura, com a responsabilidade pertinente às ações de planejamento e acompanhamento das ações financiadas; e, em cada Estado, por um Conselho Fiscal com a atribuição de uma auditoria permanente da aplicação dos recursos assegurados a cada entidade, da área de jurisdição respectiva, pelo SADINSCULT; podendo, pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros, determinar a suspensão da atividade financiada, até o cumprimento de novas instruções do Conselho Nacional.

4.º – O Conselho Nacional do SADINSCULT terá regulamentação própria, o mesmo aplicando-se aos Conselhos Fiscais nos Estados, cuja presidência deverá caber a um representante da Delegacia local do Tribunal de Contas da União.

5.º – As entidades culturais a serem beneficiadas pelo SADINSCULT deverão habilitar-se comprovando o atendimento às exigências legais para o funcionamento de instituições sócio-assistenciais, o período ininterrupto de 10 (dez) anos, ou mais, de atividades culturais, a prestação de serviços, em caráter contínuo, ao público, e o direito sobre os bens patrimoniais, juntando a essa documentação a cópia autêntica da ata de fundação e do estatuto em vigor.

6.º – As entidades em referência, de cuja organização falte o Conselho Fiscal, ficarão obrigadas a criá-lo, o mesmo aplicando-se à categoria de Sócios Beneméritos, assim qualificados todos quantos concorram, por iniciativa própria, e freqüentemente, para a manutenção delas; dos quais 2 (dois) integrarão o referido Conselho Fiscal.

7.º – Na previsão dos recursos à disposição do Conselho Nacional do SADINSCULT, no orçamento anual, trinta por cento (30%) deles serão atribuídos a entidades culturais com 75 (setenta e cinco) anos, ou mais, de funcionamento ininterrupto, vinte por cento (20%) às de mais de cinqüenta anos (50) e

menos de setenta e cinco (75), quinze por cento (15%) às de quinze e vinte quatro (15/24) dez por cento (10%) e às de dez a catorze (10/14) cinco por cento (5%), reservando-se os vinte por cento (20%) restantes para o custeio das atividades do Conselho Nacional e dos Conselhos Fiscais do SADINSCULT.

8.º – Terão preferência de financiamento pelo SADINSCULT a restauração de bens patrimoniais, a saber reformas de instalações que não estejam em condições de assegurar a preservação da biblioteca, da documentação e dos objetos de arte, informatização e catalogação dos acervos de modo a possibilitar atendimento mais eficiente ao público, contratação de serviços especializados, pagamento de obrigações sociais e acréscimo de novos espaços considerados indispensáveis.

9.º – Independente dos recursos provenientes do SADINSCULT, as entidades referidas nesta lei poderão recorrer a outras fontes financiadoras, para a execução de projetos de pesquisa e de promoção cultural.

10.º – Os recursos do SADINSCULT não utilizados em um exercício financeiro passarão para aplicação no seguinte, porém o excesso, por 3 (três) anos seguidos, implicará em uma possível exclusão, a critério do Conselho Fiscal Estadual.

Moção N.º 006

PROPOMOS que este Colóquio reafirme o empenho dos Institutos Históricos Brasileiros de somar esforços com a Universidade e demais instituições voltadas para o fomento da pesquisa e preservação da memória nacional, em prol da consecução dos objetivos que os unem.

JUSTIFICATIVA: Após o surgimento da Universidade e de outros centros de produção e fomento do saber e de defesa do patrimônio histórico do país, faz-se necessário abrir espaço nos quadros dos Institutos Históricos para a incorporação dos valores egressos desses segmentos, bem como para a realização de parcerias com as instituições que representam, em benefício dos objetivos comuns.

Moção N.º 007

PROPOMOS que este Colóquio proclame o valor da historiografia regional, estimulando os Institutos participantes a prestigiar, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento da pesquisa e a publicação de monografias sobre a história de cada município.

JUSTIFICATIVA: Estimular a historiografia regional pelo seu valor para a historiografia brasileira.

Moção N.º 008*

PROPOMOS que os participantes deste Colóquio se empenhem, mediante adequadas gestões junto às autoridades religiosas das diversas confissões, no sentido de conscientizá-las da necessidade e urgência da preservação, organização e disponibilização para consulta dos assentamentos de batismo, casamento e óbito, a carga de cada uma delas.

JUSTIFICATIVA: Salvaguarda, a documentação em questão, essencial ao estudo da formação da família brasileira.

Moção N.º 009

PROPOMOS que este Colóquio reconheça a significação do cartão-postal como documento iconográfico importante para o conhecimento da História de nossas cidades e registro de seu cotidiano, recomendando a cada uma das Instituições que abram espaço em seus acervos para tais coleções.

JUSTIFICATIVA: O cartão-postal, de há muito, vem sendo reconhecido como importante suporte documental, tanto para o desenvolvimento de pesquisas de cunho histórico, como para a realização de obras de restauração de espaços públicos. O exemplo do Governo da Bahia, adquirindo importante coleção particular ligada à memória local, reforça a presente indicação.

Moção N.º 010

PROPOMOS que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em nome de todos os participantes deste Colóquio, oficie aos Governos dos Estados do Acre, Amapá, Roraima e Tocantins, conclamando-os a apoiar iniciativas destinadas a permitir a instalação/reinstalação dos Institutos Históricos de seus Estados.

JUSTIFICATIVA: Provar no sentido de que cada Estado da Federação tenha a sua Casa de Memória.

Moção N.º 011

PROPOMOS que este Colóquio conclame as Instituições congêneres que dele não puderam participar a envidar esforços no sentido de o fazerem no próximo.

JUSTIFICATIVA: A conveniência de contar com a participação de todas as Unidades da Federação em futuros Colóquios.

* Aprovada, com substitutivo estendendo a recomendação aos Arquivos Judiciários e das Santas Casas de Misericórdia, por igual relevância.

Moção N.º 012

PROPOMOS um voto de congratulações e reconhecimento ao Sr. Prefeito Municipal do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, pelo apoio dado a este Colóquio, revelando, com isto, a sintonia do poder público municipal com os objetivos cívico-culturais que nos congregam.

JUSTIFICATIVA: É dever de justiça a iniciativa da referida autoridade e sua sensibilidade para com os objetivos que cultivamos.

Moção N.º 013

Os Delegados representantes dos Institutos Históricos Brasileiros, reunidos no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, no Rio de Janeiro, propõem uma moção de aplauso e reconhecimento aos organizadores do referido certame.

Os abaixo assinados destacam a atuação do Presidente Arno Wehling por sua iniciativa na convocação deste Colóquio; do historiador Victorino Chermont de Miranda, como Coordenador da Comissão Organizadora do Colóquio; de Arivaldo Silveira Fontes, Dino Willy Cozza, Elysio de Oliveira Belchior, Esther Caldas Bertoletti e Paulo José Pardal, como membros da Comissão Organizadora do Colóquio; dos historiadores Mário Antônio Barata, Cybelle Moreira de Ipanema e Marcos Almir Madeira; da museóloga Cleusa Millan; da Sra. Flávia Tapajós, Chefe da Secretaria do IHGB.

JUSTIFICATIVA: O êxito alcançado com a realização do I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros se deve ao descortínio do Presidente do IHGB, à sua Comissão Organizadora e à equipe de sócios daquele Instituto, os quais se empenharam com dedicação para reunir, em clima de confraternização, os delegados estaduais representativos da cultura nacional.

Nada mais justo, portanto, que os delegados estaduais aqui reunidos manifestam seu agradecimento, seu aplauso e seu reconhecimento àqueles que propiciaram uma das mais importantes reuniões sobre o futuro da historiografia nacional.